

Farhat acredita que Constituinte não resolverá problemas

Brasília — O Ministro da Comunicação Social, Said Farhat, acusou, ontem, a Oposição de praticar "uma manobra diversionista" com a defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. "Nada tendo a oferecer como contribuição positiva para a condução dos negócios públicos, ela diverte a opinião pública com a idéia de convocar uma Constituinte, como se isso fosse capaz de resolver problemas específicos como aqueles que nós temos no Brasil de hoje", afirmou.

Segundo o Ministro, o Palácio do Planalto refuta a tese da Constituinte com Figueiredo, defendida por parlamentares opositores, "porque o próprio Congresso já detém poderes constituintes". O Sr Farhat assegurou, ainda, que o Presidente, até o final do seu mandato, enviará ao Congresso proposta de uma nova Constituição, "para completar o processo de democratização do país".

NOVA CONSTITUIÇÃO

"Uma nova Constituição ou uma Assembleia Constituinte não é obviamente uma panacéia, como parecem supor muitos dos que propõem a idéia", opinou o porta-voz do Palácio do Planalto. Entende o Govern-

no que os políticos devem se voltar para os problemas que seriam mais urgentes que a convocação de uma Constituinte. Dentro deste raciocínio, o Presidente pretende enviar ao Congresso emenda propondo nova Constituição, mas não agora. "O Presidente poderia fazê-lo, se achasse oportuno. Mas ele não acha oportuno", disse o Ministro Farhat, que não sabe quando o Governo tomará esta iniciativa.

Perguntado se o Governo está disposto a aceitar sugestão do Senador Tancredo Neves, no sentido de que o Presidente transforme o Congresso em Constituinte, como fez Castello Branco, em 1967, o porta-voz do Planalto explicou que para isso seria necessário um Ato Institucional. "Na verdade, o Senador Tancredo Neves talvez não tenha levado em conta o fato de que o Presidente Castello Branco dispunha do Ato Institucional nº 4 e os atos revolucionários foram extintos em 1º de janeiro de 1979", afirmou o Ministro.

"Agora", concluiu, "o Presidente não tem poderes para convocar uma Constituinte e eu tenho cá minhas dúvidas se o Senador Tancredo Neves considera que o Presidente tenha algum poder acima da Constituição".

Francelino só quer reforma depois de 82

Belo Horizonte — Ao inaugurar obras, neste fim de semana, em Governador Valadares, o Governador Francelino Pereira disse que a missão primordial do Congresso Nacional, após as eleições de 1982, "deve ser a de promover uma ampla reforma da Constituição, tornando-a mais ajustada à realidade e às novas aspirações da sociedade brasileira".

Observou, porém, que "para tanto, não há necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O Congresso tem poderes para emendar a Carta Magna e já tramitam, em suas duas Casas, numerosas emendas que visam aprimorá-la".

Depois de afirmar que uma reforma mais definitiva deve expressar a vontade nacional, através dos representantes do povo, após o pleito de 82, o Governador mineiro assinalou que, "no momento, a tarefa primordial das lideranças políticas deve ser a de agilizar a organização do novo quadro partidário brasileiro. Esse quadro deverá constituir-se em mecanismos de estabilidade e aprimoramento das instituições políticas. Os novos congressistas poderão, assim, promover ampla reforma da Constituição, traduzindo as novas aspirações desta nação" — concluiu.

Deputada teme manter o "status quo"

Na opinião da Deputada Cristina Tavares (PE), integrante da tendência popular do PMDB, a Assembleia Nacional Constituinte "é uma arma de dois gumes — pode ser utilizada pelo sistema para manter o status quo do pacto social injusto e excludente, e poderá ser um poderoso instrumento para redefinir este pacto social".

— Para que esta segunda hipótese ocorra, os Partidos políticos têm que tomar a iniciativa de popularizar a Constituinte, esclarecendo o Poder e a responsabilidade das eleições dos constituintes. Ela é ainda uma

noção sofisticada e há Partidos que a colocam em plano secundário, indicando um grave despreparo do eleitorado — disse a representante pernambucana.

A Sra. Cristina Tavares vê "com reserva e estranheza a resistência de setores progressistas e populares à proposta de popularizar a Constituinte", frisando que "sem este instrumento não sairemos do impasse em que nos encontramos".

— Se as forças progressistas não se prepararem, poderemos amanhecer um dia com a Constituinte do João.

Pemedebista insiste em campanha nacional

O líder em exercício do PMDB no Senado, Sr Humberto Lucena (PB), insistiu ontem na necessidade de o seu Partido e demais agremiações opositoras organizarem a campanha pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, observando que o Presidente da República pode e deve continuar comandando o processo de abertura democrática.

Na sua Opinião, se a oposição não pode aplaudir tudo o que o Governo tem feito, também não pode defender outras soluções extralegais. "Se estamos ruins com Figueiredo, pior sem ele", comentou, lembrando o

que houve em 1968, com as pressões sobre Costa e Silva, que o impediram de patrocinar a reforma constitucional.

O Senador Humberto Lucena, mesmo aceitando o comando do Chefe do Governo, no processo de abertura — inclusive da convocação da Constituinte — acha que os Partidos de oposição não devem insistir na tese de "união" ou de "conciliação nacional".

— Isto tem cheiro de adesismo. Cada Partido deve cumprir o seu papel, criticando e fiscalizando o Governo, sempre que necessário, sem dele participar. — frisou o vice-líder do PMDB.